

ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS
HIDRICOS – CEHIDRO.

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quatorze, às 09h 13min no Auditório do Parque Massairo Okamura, ocorreu a 18ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da 49ª Reunião Ordinária; Informes; Apreciação da Minuta de Resolução nº 65 que revoga o Art. 7º da Resolução nº 29 de 24 de setembro de 2009; Apreciação da Minuta de Resolução nº 66 que enquadra transitoriamente trechos de corpos hídricos da bacia do Rio Coxipó no município de Cuiabá/MT; Apreciação da Minuta de Resolução nº 67 que enquadra transitoriamente trechos de corpos hídricos da bacia do Rio Barbado no município de Cuiabá/MT; Apreciação da Minuta de Resolução nº 68 que enquadra transitoriamente trechos de corpos hídricos da bacia do Rio Ribeirão do Lipa no município de Cuiabá/MT; Apreciação da Minuta de Resolução nº 69 que enquadra transitoriamente trechos de corpos hídricos da bacia do Rio São Gonçalo no município de Cuiabá/MT; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Sr. Nédio Carlos Pinheiro, Secretário Executivo do CEHIDRO, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Srs. Nédio Carlos Pinheiro e Leandro Maraschin, representantes da SEMA; Sr. Luiz Gustavo Vieira Silva, representante da SEDRAF; Sr. José do Carmo Ferraz Filho, representante da SICME; Sra. Sara Suely Attilio Caporossi, representante da ABES; Sr. Décio Elói Siebert, representante dos Comitês; Sra. Jeannie Rosa Silva e Sr. Bathilde Jorge Moraes Abdala, representantes da OAB/M; Sr. Jesse Rodrigues de Arruda Barros, representante do CREA; Sr. Fábio de Castro e Souza, representante da ALTO JAURU ENERGÉTICA; Sr. Ricardo Bonora, representante da ARAGUAIA GERADORA DE ENERGIA; Sra. Shirlei Moraes Moreira, representante da COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES; Sra. Alessandra Panizi, representante da FIEMT; Sr. Bruno Mees Ferreira, representante da AÇÃO VERDE; Sr. Edson Eugenio Bruemuller, representante da MARAJÁ; Sr. Joilson José Fonseca, representante da VITÓRIA RÉGIA; Sr. Pedro Siviero, representante da AGROPECUARIA CHAPADA DOS GUIMARÃES; Sra. Nívea Patrícia Nunes Nascimento, representante da AMAGGI; contando ainda com a presença de representantes de entidades suplentes, Sr. Ingo Eduardo Bertogna Degenhard, representante da EPE; Sra. Suzele Rosa Barbosa, representando a AESA/MT; Sra. Luciana Luzia Calçada Barreto, representando a CAB Cuiabá; e Sr. Abílio Luiz Colognese, representando o IPAC. O Secretário Executivo iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e informando que o Secretario Adjunto não estaria presente à reunião devido a problemas de saúde de familiares. Deu continuidade colocando em apreciação a Ata da 49ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos questionando se algum conselheiro teria alguma alteração a fazer, ninguém se manifestando o Secretário Executivo colocou em votação a Ata da 48ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a qual foi aprovada por unanimidade. O Secretário Executivo passou aos informes colocando aos conselheiros que nos dias

37 29 e 30 de abril estará em Cuiabá uma comissão da ANA para avaliar o andamento dos
38 cumprimentos das metas do PROGESTÃO juntamente com a equipe técnica da SEMA, destacando
39 aos conselheiros que o recurso do Programa ainda não utilizado devido ter aberto o orçamento
40 somente semana passada. Informou aos conselheiros que nos dias 10 e 11 de abril ocorreu em
41 Brasília a primeira reunião para a capacitação dentro do PROGESTÃO, visando inicialmente a
42 apresentação das demandas de capacitação dos Estados, que será consolidada pela ANA que irá
43 verificar a possibilidade de incluir estas demandas dentro do seu programa de capacitação. Em
44 seguida colocou aos conselheiros que no dia 15 de abril encerraram as inscrições para concorrer a
45 uma vaga na 1ª Eleição do CBH dos afluentes da Margem Esquerda do Baixo Teles Pires,
46 ponderando que não possui maiores detalhes do andamento do processo eleitoral ate o momento.
47 Colocou aos conselheiros que o Curso de Interpretação de Testes de Aquíferos com utilização de
48 Planilha Excel para Cálculos Hidrodinâmicos foi adiado, sem data definida, devido à baixa procura por
49 inscrições, ponderando que o mesmo provavelmente será realizado no final do mês de maio. Em
50 seguida o Secretario Executivo passou ao próximo item da pauta, colocando em apreciação as
51 Minutas de Resolução nº 65, que revoga o Art. 7º da Resolução nº 29 de 24 de setembro de 2009; nº
52 66, que enquadra transitoriamente trechos de corpos hídricos da bacia do Rio Coxipó no município de
53 Cuiabá/MT; nº 67, que enquadra transitoriamente trechos de corpos hídricos da bacia do Rio Barbado
54 no município de Cuiabá/MT; nº 68, que enquadra transitoriamente trechos de corpos hídricos da
55 bacia do Rio Ribeirão do Lipa no município de Cuiabá/MT; e nº 6,9 que enquadra transitoriamente
56 trechos de corpos hídricos da bacia do Rio São Gonçalo no município de Cuiabá/MT, destacando-se
57 que será feita uma apresentação conjunta para todos uma vez que resultaram de um único trabalho
58 de vistoria e avaliação. A conselheira Alessandra Panizi questionou o porquê é necessário se revogar
59 o Art. 7º da Resolução nº 29 de 24 de setembro de 2009, ao que a Secretaria do CEHIDRO
60 respondeu que este artigo somente permite a concessão de outorga quando se fizer o
61 enquadramento transitório para empreendimentos que possuam a licença de operação vigente na
62 data de publicação da Resolução, e achou-se por bem revogá-lo para que outros empreendimentos,
63 caso a demanda hídrica permita, também possam obter a outorga nestes corpos hídricos. O
64 conselheiro Jesse Barros solicitou vistas das Minutas, justificando que necessita de mais tempo para
65 estudar as mesmas antes de poder se posicionar. A Secretaria do CEHIDRO destacou que teria que
66 ser apresentado na próxima reunião, ao que a conselheira Alessandra Panizi ponderou que o
67 Regimento Interno coloca que deve ser convocada uma reunião extraordinária, devendo o parecer do
68 conselheiro que solicitou vista ser encaminhado quinze dias antes da mesma, porem temos uma
69 reunião ordinária em 08 de maio, sugerindo que ao invés de se convocar uma extraordinária se altere
70 a data da próxima ordinária de forma a dar um prazo adequado para a análise do pedido. O
71 Secretario Executivo passou a palavra à Gerente de Outorga da SEMA, Sra. Ariane Rodrigues, para
72 que fizesse a apresentação das minutas aos conselheiros. A Sra. Ariane Rodrigues iniciou

73 apresentando as classes de enquadramento dos corpos d'água e apresentando a base legal para o
74 enquadramento, lendo os artigos 3º, 8º, 9º e 15 da Resolução CNRH nº 91, os parâmetros constantes
75 na Resolução CONAMA nº 357/2005, bem como o Artigo 7º da Resolução CEHIDRO nº 39/2010. A
76 conselheira Alessandra Panizi questionou se tiver um rio que esta enquadrado em classe 2, mas não
77 esta compatível pode ser dada a outorga e estabelecer metas para que o rio volte à classe 2, ao que
78 a Sra. Ariane Rodrigues respondeu que em síntese este é o enquadramento dos corpos d'água. A
79 conselheira Sara Caporossi colocou que a classe 4 não tem limite para alguns parâmetros e
80 questionou se os mesmos ficarão em aberto, sendo respondida pela Sra. Ellen Pantoja, Analista de
81 Meio Ambiente da SEMA, que será estabelecido um limite pela SEMA após o balanço hídrico. A Sra.
82 Ariane Rodrigues deu continuidade à apresentação com a caracterização dos usos preponderantes,
83 destacando que foram feitas vistorias para se verificar os mesmos nas bacias e estes dados que
84 embasaram a proposta apresentada. Iniciou apresentando a Bacia do Coxipó, os pontos de vistoria
85 com fotos e os dados de análise da água, passando então à bacia do Ribeirão do Lipa,
86 posteriormente à bacia do Córrego São Gonçalo, destacando que em todas bacias o uso prioritário
87 detectado foi a diluição de efluentes. Encerrou apresentando a Proposta de enquadramento para
88 cada uma das bacias. A Sra. Ellen Pantoja complementou que as propostas foram baseadas no uso
89 preponderante encontrado e que os corpos hídricos pela lei estão enquadrados em classe 2, porem
90 não é possível se regularizar os usuários existentes se for mantido este enquadramento, ponderando
91 que a médio e longo prazo o enquadramento pode levar à uma melhora da qualidade do córrego. A
92 conselheira Alessandra Panizi colocou que as bacias foram delimitadas de acordo com as demandas
93 das concessionárias, mas temos outros usuários fora desta área, questionando se não é possível se
94 emitir a outorga para a classe 2 e estabelecer metas mais rígidas do que enquadrar como classe 3 ou
95 4 e ter metas mais flexíveis A conselheira Sara Caporossi colocou que já foram emitidas outorgas e
96 todas atenderam à classe 2, questionando se reclassificar o rio em classe 4 não abrirá precedente à
97 um tratamento menos eficiente. A Sra. Ellen Pantoja respondeu á conselheira Alessandra Panizi que
98 o ideal era se fazer o enquadramento chamado formal, com diagnostico, consultas publicas e todo o
99 necessário, porem a SEMA não tem condições de fazer isto e a resolução CNRH nº 91 possibilitou
100 que fizéssemos o enquadramento transitório para trazer estes usuários, destacando que a
101 concessionária necessita obter a outorga para poder obter o recurso necessário para as melhorias
102 listadas no contrato, as quais ao serem atendida levarão a uma melhoria geral na qualidade dos
103 corpos hídricos. A conselheira Alessandra Panizi leu o caput do Art. 15 da Resolução nº 91 e
104 ponderou que entende que se pode dar a outorga considerando o rio classe 3 ou 4 porem sem
105 realmente reenquadrar o corpo d'água, ao que a Sra. Ellen Pantoja respondeu que acaba sendo um
106 enquadramento e não existe um embasamento técnico para isso, já se utilizando o enquadramento
107 transitório se tem como determinar as metas. A conselheira Sara Caporossi colocou que a
108 preocupação é estabelecermos uma classe abaixo da que podemos, ponderando eu é o momento do

109 CEHIDRO cobrar o cumprimento das metas. A Sra. Ellen Pantoja colocou que o fato de enquadrar os
110 corpos d'água em classe 4 não quer dizer que ira ser permitido um tratamento menor, e sim que
111 nesta classe se tem uma maior quantidade de agua para poder diluir o poluente e assim atender aoq
112 eu esta na legislação. A conselheira Sara Caporossi ponderou que não gostaria que se tenha uma
113 qualidade menor nos corpos d'água e nos conformemos com o que esta ali, destacando que daqui a
114 cinco anos não será possível reverter este processo. O conselheiro Abílio Colognese colocou que a
115 questão é o uso e ocupação do solo, e isto que deve ser trabalhado para evitar a contaminação do
116 corpo hídrico, e não reenquadrá-lo para atender a esta ocupação. O conselheiro Décio Siebert
117 colocou que desde 2007 o Mestrado em Recursos Hídricos da UFMT tem trabalhos na bacia do
118 córrego do Caju, onde verificaram uma grande quantidade de esgoto em natura a montante da ETE,
119 questionando o que esta sendo feito para regularizar estes lançamentos, destacando ainda aos
120 conselheiros que a mudança de classe não muda as exigências para a diluição de efluentes, de
121 forma que não é uma autorização para poluir o corpo hídrico. A conselheira Luciana Barreto colocou
122 que é importante falar da questão do passivo, pois existem lançamentos in natura que poluem mais
123 que a própria ETE e não foi feito nenhum investimento dos governos anteriores visando a ampliação
124 da rede e assim incorporar estes lançamentos na mesma, destacando ainda que se não financiarem
125 a rede não terão condições de ampliá-la e assim atender às metas e ponderando que os pontos que
126 estão colocados aqui são somente aqueles que já estavam em uso antes da legislação de outorga
127 entrar em vigor. O conselheiro Jesse Arruda reiterou o pedido de vista justificando que não tem
128 dados para decidir e não quer ser conivente com a piora da situação do rio. A conselheira Sara
129 Caporossi colocou que não pode mudar a classe do rio, piorá-lo, pois estamos aqui para melhorar o
130 meio ambiente, destacando que deve ser colocada a qualidade como prioridade, ponderando que o
131 problema não é somente da CAB, todos os empreendimentos arcam com os custos das estações de
132 tratamento. A Sra. Ellen Pantoja colocou que esta também é uma preocupação da SEMA e a linha
133 entre autorizar a poluição e promover a melhoria é tênue, destacando que o primeiro passo para se
134 obter a melhoria é fazer este enquadramento transitório, pois conseguir os estudos e fazer o
135 enquadramento dito formal, que a SEMA não tem condições de fazer, leva tempo e dinheiro e não
136 teremos as melhorias possíveis neste momento pois a CAB não será regularizada, e não obterá o
137 financiamento, ponderando ainda que hoje não estamos olhando o entorno, a educação ambiental
138 nem nenhum outro fator, somente uma trava da outorga, que não permite a regularização da CAB
139 pelo limite de DBO da classe 2. A conselheira Luciana Barreto ponderou que no ano de 2013 a CAB
140 recebeu 28 soluções individuais que os engenheiros responsáveis, com toda consciência ambiental
141 fizeram o projeto lançando naquele ponto, logo é preciso começar a preocupação no projeto. O Sr.
142 Leonardo Pio colocou que o Conselho é o foro adequado para esta discussão e a SEMA é
143 responsável pela emissão da outorga e pelo licenciamento ambiental para podermos pedir o
144 financiamento e assim cumprir o contrato, ponderando que houve um processo junto ao Ministério

145 Público tratando deste assunto e o mesmo pediu à SEMA que contratasse uma consultoria para fazer
146 o enquadramento, porem por falta de recurso a SEMA propôs este enquadramento transitório,
147 destacando que a mesma não atropelou o processo, e sim encontrou a forma mais adequada de
148 resolver a situação, colocando ainda que este Conselho deve ter a maturidade necessária para se ter
149 uma luz no fim do túnel e cobrar o enquadramento do Secretario da SEMA de forma que o mesmo
150 seja feito antes do prazo final de cinco anos, que é a validade proposta na minuta. O conselheiro
151 Joilson Fonseca colocou que observa um impasse, foi colocado que há anos a SEMA tem tentado
152 fazer o enquadramento porem essa situação não tinha sido passada ao CEHIDRO, destacando que
153 esta é uma ótima oportunidade para se fazer pressão política e buscar resolver a situação,
154 ponderando ainda que o enquadramento transitório não é uma decisão que se pode tomar a toque de
155 caixa e que os conselheiros necessitam de tempo para verificar se esta é a melhor solução. O
156 conselheiro Décio Siebert colocou que o enquadramento em classe 2 é fictício e regularizar a
157 situação não alterará em nada e o que esta se buscando é a solução de um problema que existe,
158 ponderando que deve-se buscar também ações que visem melhorar a qualidade dos corpos d'água e
159 desenvolver politicas publicas para melhorar a gestão dos recursos hídricos, destacando que deixar o
160 problema na mão do órgão público não resolverá a questão. A conselheira Alessandra Panizi colocou
161 que é necessário mais um tempo para que os conselheiros avaliem, nota-se que em algumas bacias
162 foi possível enquadrar porque existe um estudo, questionando se tivermos estudos em outras será
163 possível fazer este enquadramento, isto abriria um precedente que pode ou não ser interessante e
164 deve ser melhor avaliado, ponderando ainda que devem ser colocadas metas e sanções na
165 resolução, as quais não contam na minuta, e sugerindo que a CAB faça uma apresentação das suas
166 metas previstas em contrato no CEHIDRO, uma vez que é quem possui as maiores metas
167 relacionadas ao tema. O conselheiro José Ferraz questionou quanto custaria para se fazer o
168 enquadramento formal, sendo respondido pelo conselheiro Leandro Maraschin que é difícil se
169 precisar, porem no ano passado foi estimado em hum milhão e trezentos e cinquenta mil reais, já com
170 os estudos, as audiências públicas e a proposta final. O conselheiro Jesse Arruda reafirmou seu
171 pedido de vista e colocou que existe um estudo e um plano de saneamento no plano diretor do
172 município para 20 anos, solicitando que o mesmo fosse apresentado para a Plenária na próxima
173 reunião. O conselheiro Fabio Souza colocou que a concessionária não é a única usuária, o que
174 preocupa é se a SEMA tem condições de exigir que os novos usuários lancem os esgotos em
175 condições compatíveis com a classe 2. A Sra. Ellen Pantoja colocou que mesmo que se mude para
176 classe 4, os limites de padrões de lançamento não se alteram, o que é alterado é o balanço hídrico da
177 bacia, de forma que se pode encaixar mais usuários, solicitando ainda que fique registrado que não
178 falou que a SEMA tenta fazer o enquadramento há cinco anos, mas que sempre tem lutado buscando
179 isto mas não possui recurso para tanto. A Sra. Sanny Saggin, Assessora Técnica da SEMA, colocou
180 que não existem recursos próprios neste montante, destacando que passou por várias esferas na

Secretaria porem não é possível porque implica inclusive na lei de responsabilidade fiscal. A Sra. Ellen Pantoja ponderou que aprovar as Resoluções hoje não implica que a SEMA irá iniciar os estudos, mas como foi dito é uma oportunidade politica para tal. O Secretario Executivo colocou que a responsabilidade de implantação os instrumentos é do Estado e cabe a ele viabilizar os estudos necessários. A conselheira Luciana Barreto colocou que a CAB irá apresentar as metas contratuais na próxima reunião. A Secretaria do CEHIDRO leu o Art. 11 do Regimento Interno, colocando que pode ser marcada uma reunião extraordinária para no máximo 30 dias, mantendo-se a 50ª reunião ordinária para o dia 08 de maio, ou adiar a 50ª Reunião Ordinária de forma a possibilitar a análise das minutas pelo conselheiro Jesse Arruda. Foi aprovada a alteração da data da 50ª Reunião Ordinária, que ficou agendada para o dia 03 de junho de 2014, as 09h, em local a confirmar. Nada mais a ser dito, o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 11h 35min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pela Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

ILSON FERNANDES SANCHES

Presidente do CEHIDRO

em substituição

NÉDIO CARLOS PINHEIRO

Secretário Executivo do CEHIDRO

* Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 20.06.2014.

** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.